

MEDIAÇÃO ESCOLAR DE UM ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Helayne da Silva Santos; Annie Gomes Redig

Universidade do Estado do Rio de Janeiro –UERJ

e-mail: helayned@yahoo.com; annieredig@yahoo.com.br

Resumo: Dentro do relato de experiência de uma estagiária, foi desenvolvido um Estudo de Caso sobre uma criança com deficiência intelectual matriculada na rede pública de ensino do município do Rio de Janeiro. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, que possibilitou observar e analisar a realidade de um cotidiano escolar; objetivando desenvolver a participação e autoestima do aluno junto a turma. A resposta a esses estímulos foi bem significativa e o trabalho em conjunto da estagiária (mediadora) e os professores da turma, foi primordial para o processo de ensino-aprendizagem do aluno, que passou a estar disposto a participar das atividades propostas em sala. Concluindo que tanto o mediador quanto o professor são essenciais para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dentro de uma perspectiva inclusiva, pois ao se trabalhar as habilidades, elaborar adaptações curriculares, possibilitará que o aluno se desenvolva tanto academicamente quanto socialmente.

Palavras-chaves: Deficiência Intelectual, Mediação Escolar, Inclusão Escolar.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir sobre a mediação escolar de um aluno com Síndrome de Dany Walker, em uma escola da rede pública do município do Rio de Janeiro, no período de março a dezembro de 2015. Essa Síndrome também chamada de Complexo de Dany Walker consiste na má formação cerebral congênita que agride o cérebro, bem como os espaços completamente preenchidos de líquidos ao redor dele. A respectiva síndrome é responsável por aproximadamente 1% a 4% da totalidade de casos de Hidrocefalia. A criança participante do estudo usava uma válvula na cabeça, decorrente deste problema.

A mediação escolar é uma proposta de suporte pedagógico que pode ser utilizado para auxiliar na inclusão escolar de alunos com deficiência em turma comum. As estratégias de ensino utilizadas pela mediação escolar dependerão das especificidades de cada estudante; cada um tem seu tempo de aprendizagem, pois nenhuma criança é igual a outra; e, se tratando de um sujeito com deficiência, essa condição se torna ainda mais peculiar. A proposta de Educação Inclusiva consiste em

um novo modelo de escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. A Educação

Inclusiva pode ser considerada uma nova cultura escolar: uma concepção de escola que visa ao desenvolvimento de respostas educativas que atinjam a todos os alunos (BLANCO; GLAT, 2015, p.16).

O mediador, neste contexto da política de Educação Inclusiva, é o profissional que auxilia o docente à providenciar recursos necessários para que ocorra interação do mediado com o meio em que está inserido, possibilitando assim, o processo de inclusão.

O mediador deve contribuir para que o mediado desenvolva a consciência metacognitiva e possa utilizar espontaneamente estratégias cognitivas, desenvolva cada vez mais a consciência de suas habilidades mentais, que autoregule seus processos mentais e autocontrole a impulsividade, possibilitando a generalização da aprendizagem (ABENHAIM, 2009, p. 241).

1. Mediação escolar: o trabalho do profissional mediador

A Mediação escolar é uma recente prática desenvolvida nas escolas com o intuito de auxiliar na inclusão escolar de alunos com alguma especificidade. O profissional denominado como mediador escolar, apesar de ainda não ter uma profissão regulamentada, na prática, compõe o quadro de suportes do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

De acordo com a Resolução nº 4, de outubro de 2009 (BRASIL, 2009), o AEE é definido como

o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos do Ensino Regular (art. 1º, § 1º) e que tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

O trabalho do mediador escolar (que pode ser um estagiário), no estado do Rio de Janeiro, surgiu primeiramente nas escolas particulares, a partir do aumento da demanda de matrículas de crianças público alvo da Educação Especial¹. Essas escolas precisavam incluir esses novos alunos em suas turmas comuns; mas ao mesmo tempo, precisavam ter um profissional que pudesse dar apoio ao professor da classe dentro de um cotidiano escolar. Dentro deste dilema, o mediador surge como uma possibilidade e, logo se torna um profissional imprescindível nas salas das escolas cariocas, tanto nas redes privadas como nas redes públicas de ensino. Segundo o Decreto nº 3298/1999 (BRASIL, 1999) define no artigo 25, que “os serviços de educação especial serão

¹ De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) pessoas consideradas público alvo da Educação Especial são aquelas que apresentam deficiência física, sensorial, intelectual, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

ofertados nas instituições de ensino público ou privado do sistema de educação geral, mediante programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino”.

O objetivo primordial do mediador é ajudar este aluno a construir suas estratégias de aprendizado para que as mesmas propiciem o desenvolvimento de suas próprias capacidades e habilidades de forma adaptável ou não (dependendo de sua especificidade), e assim, o mesmo poderá desfrutar do espaço escolar de modo mais independente, tornando a vida escolar mais autônoma; acredita-se que atingindo o objetivo, este mediador deixará de ser necessário (na maioria dos casos) e, o aluno poderá continuar seu aprendizado junto com professores e colegas de classe (ABENHAIM, 2009).

Hoje na rede de ensino, seja particular ou pública, na prática, o mediador tem atribuições que devem ser executadas em conjunto com o professor da classe e do AEE; tendo como exemplo, a elaboração de adaptação de material que será utilizado pelo aluno, bem como tarefas que serão realizadas em sala de aula, testes e provas; toda atividade realizada pelo aluno, dentro ou fora da sala de aula será acompanhada pelo mediador.

Dentro deste contexto, “o mediador atua como uma ponte entre a criança/adolescente e suas relações – professores, colegas de classe, coordenação e o próprio aprendizado” (EMI, *online*). A essência desse elo é se trabalhar a autonomia da criança/adolescente, aproximando cada vez mais este indivíduo e promovendo sua inclusão e, assim, tanto a escola quanto o professor permanecerão com o papel de gerir e assegurar uma vivência escolar plena e de qualidade ao mesmo.

Na perspectiva inclusiva é importante a participação de todos os indivíduos que fazem parte do cotidiano escolar. Tanto a escola quanto o mediador são parceiros incondicionais; o lugar deste profissional não é somente ao lado do aluno com deficiência, pois ele precisa estar a par das condições da instituição, indagando, questionando o modo de ser e estar da mesma, para assim, promover transformações que atendam não somente ao aluno com deficiência, mas sim, a todo e qualquer outro indivíduo inserido no contexto instituição. A sensibilidade do olhar, da experiência de um mediador, nos casos em que se trabalha a inclusão, faz toda a diferença, visto que muitas vezes as potencialidades de um aluno ficam difíceis de serem percebidas, pois permanecem encobertas por diagnósticos ditos precisos e bem complexos; e acreditar no potencial que cada criança possui e auxiliá-la, será o papel deste profissional.

2. Mediador escolar na rede pública do município do rio de janeiro: relato de caso

Esta pesquisa configura-se como um estudo de caso de uma mediadora escolar em uma escola da rede pública de ensino do município do Rio de Janeiro, localizada na zona norte. Este processo de mediar se deu com a possibilidade oferecida pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, junto ao Instituto Helena Antipoff², no qual contratam estagiários de diferentes cursos de licenciatura, dentro de um modelo não obrigatório e remunerado, para ajudar a complementar o quadro de funcionários do AEE. Aos estagiários foram atribuídas função de identificar as possíveis barreiras, sejam elas físicas, cognitivas ou comunicativas; onde através desta análise inicial, o mesmo poderia propor alternativas para aguçar de forma significativa o cognitivo deste indivíduo e, assim, possibilitar o aprendizado. É importante complementar que também foram atribuídos aos estagiários, serviço de auxiliar a criança na higiene, alimentação, bem como, locomoção destes na instituição de ensino.

Para exercer esta função na rede de ensino do município do Rio de Janeiro, a estagiária foi instruída a comparecer aos encontros propiciados pelo Instituto Helena Antipoff, para eventual treinamento. Neste treinamento de uma semana (realizado no ano de 2015), ofereceram orientações de como trabalhar junto ao professor regente, as condutas a serem tomadas, que recursos utilizar, quais profissionais recorrer para sanar dúvidas ainda persistentes; a princípio, teriam vários encontros até o final do ano letivo, mas pelo contrário, somente um ocorreu. Um ponto que não se pode deixar de ressaltar foi a orientação de se fazer um relatório a cada renovação de contrato de estágio³; explicitando os avanços, retrocessos e metodologia utilizada; relatório esse feito junto ao professor regente da turma.

Os estagiários selecionados para mediadores de crianças com deficiência, não podiam ser deslocados para outras funções dentro dos limites da escola; na falta do aluno, o mesmo era dispensado até seu retorno educando as aulas. A dedicação neste estágio do município era, totalmente exclusiva; a criança não podia ficar sozinha em nenhum momento, da hora da entrada até sua saída.

3. Metodologia

A presente pesquisa utilizou como metodologia o estudo de caso que de acordo com Merriam (*apud* WIMMER; DOMINICK, 1996, p.161):

2 IHA (Instituto Helena Antipoff) <https://ihainforma.wordpress.com/> – Este instituto é considerado centro de referência desde 1977, em Educação Especial no Brasil; através da implementação de políticas públicas de educação.

3 O contrato de estágio durava exatamente um ano letivo – de março à dezembro de 2015.

elena quatro principais características do método: O particularismo, uma vez que o estudo é centrado em um objeto, situação ou fenômeno particular, proporcionando uma via de análise prática do problema; O caráter descritivo, pois o resultado final consiste em uma descrição detalhada do objeto em questão; O caráter analítico, uma vez que o Estudo de Caso tem como parte de seus objetivos a obtenção de novas interpretações e perspectivas relacionadas ao objeto central e a indução, pois este método utiliza o raciocínio indutivo e permite que se façam generalizações e inferências com base no que foi observado.

A pesquisa que foi realizada por meio de uma pesquisa de campo em uma escola da rede pública de ensino do município do Rio de Janeiro, teve por objetivo discutir a mediação escolar de uma criança com deficiência, chamaremos aqui de Pedro⁴. A metodologia em questão utilizou o método do estudo de caso baseado nos estudos de Wimmer e Dominick (1996), no qual a análise prática do objeto estudado permitiu ter uma descrição minuciosa deste como resultado final; possibilitando, por intermédio dos objetivos apresentados, a compreensão de novas perspectivas, que por ventura, permitiram generalizações e conclusões do que foi pesquisado.

Enquanto procedimento, o respectivo trabalho, ocorreu por meio de observação direta e participativa, devido à realidade dos fatos dentro do cotidiano ao qual o objeto de estudo se encontrava. Esta pesquisa utilizou tudo que pôde ter sido observado e analisado para por em prática o trabalho propriamente dito, o embasamento teórico e orientações de profissionais especializados, também foram significativos para a elaboração de adaptações e procedimentos; a participação do pesquisador (estagiário/mediador), neste cotidiano, complementou os estudos. A participação da estagiária em toda esta dinâmica possibilitou perceber os avanços e retrocessos do respectivo objeto de estudo, bem como o desenvolvimento da autoestima e participação do mesmo nas atividades da instituição. O Estudo de Caso em questão foi documentado em um diário de campo, juntamente com as suas respectivas análises, em um relatório de pesquisa, através do relato de experiência da estagiária.

O período de pesquisa foi facilitado por causa da convivência prévia da estagiária com o aluno com a Síndrome de Dany Walker, denominado como Pedro, devido a mesma ter participado das aulas de reforço entre turmas de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental, no ano de 2014; ele fazia parte da turma de reforço do 1º ano. Este aluno, nestas aulas de reforço, não tinha atenção exclusiva, todos eram atendidos de forma igualitária; eram muitos a serem atendidos num mesmo dia e a estagiária tinha dias certos para ficar em cada turma.

A coleta de dados se deu por meio de observação direta e participante em atividades com o aluno com deficiência; o auxílio dos professores da turma sobre as especificidades que o mesmo

4 Nome fictício.

possuía; o laudo apresentado pela secretaria da instituição referente à patologia da criança. Foram utilizados também, os relatórios elaborados pela estagiária em conjunto com a professora regente da turma, para relato dos avanços, retrocessos e metodologia utilizada em prol do processo de ensino-aprendizagem do aluno durante respectivo período.

3.1 Participante da pesquisa

O aluno de nome Pedro de oito anos de idade, possui Síndrome de Dany Walker e consequentemente desenvolveu Hidrocefalia; que por sua vez, desencadeou Deficiência Intelectual. O aluno também apresentava problemas na coordenação motora, no qual houve o comprometimento dos membros superiores e inferiores, que posteriormente ocasionou problemas de locomoção; entretanto o desequilíbrio corporal, não o impedia de andar por todos os lugares. Pedro, de comportamento tímido, e acentuado devido à sua condição de deficiência, sempre estava disposto a aprender em sala de aula, seguia atento a tudo que professora dizia. No ano de 2015, fazendo parte da turma do 2º ano do ensino fundamental, era perceptível a dificuldade de entender a lógica de como aconteciam as tarefas, pois não sabia ler e nem escrever seu próprio nome, o livro para ele significava uma contação de histórias, apreciação de figuras e formas; o que não seria nenhum impeditivo para uma aprendizagem plena e de qualidade. Era evidente que tudo precisava ser adaptado, desde o lápis a forma de como repassar os conteúdos, bem como a aplicação de avaliações (testes e provas).

4. Análise dos dados: evidências num cotidiano

A análise feita pela estagiária para trabalhar o desenvolvimento cognitivo do aluno, teve muita improvisação; foram utilizados jogos, letras bastão, dados, dominó, material dourado, lápis adaptável, copos descartáveis e muita criatividade. No início, ele começou a aprender as letras do alfabeto juntamente com as letras que faziam parte do seu nome. As respectivas letras eram associadas a figuras de livros, bem como as oferecidas pela professora em sala de aula. Trabalhava-se com letras bastão e exercícios para cobrir as mesmas, com lápis adaptável, na tentativa de se trabalhar a coordenação motora da criança. Quando foi percebido que o mesmo já se familiarizava com as letras bastão, começou-se a apresentar as letras minúsculas; estimulando suas diferenças. A representação de desenhos e nomes dos mesmos, com suas respectivas iniciais; a partir daqui, foram apresentadas as vogais em separado do alfabeto, enfatizando-as junto com as consoantes.

O aluno aprendeu a escrever o seu primeiro nome, bem como associar algumas letras a nomes de animais, como também através de jogos, aprendeu o feminino e masculino, alto e baixo, gordo e magro, pequeno e grande, criança e adulto. As cores também foram trabalhadas através de desenhos e suas pinturas (as cores primárias, ele conseguiu assimilar). Outros valores também foram passados a ele, como a higiene corporal (mãos, rosto, nariz, e bucal também); a postura dentro e fora da sala; na merenda, em como utilizar o talher e fazer a higiene. Todos esses quesitos, ele aprendeu com naturalidade.

Todas as atividades que eram previstas para a turma, a estagiária estava sempre em companhia de Pedro. O que chamou a atenção tanto da estagiária, quanto dos demais profissionais que faziam parte do corpo docente da escola, foram as aulas de Educação Física, que ocorriam sempre as quartas-feiras. Nestes momentos, a espontaneidade, criatividade e disposição fizeram a diferença; bem como a disponibilidade do professor em trabalhar em conjunto para propiciar a socialização de Pedro com a turma. O circuito que o professor montava, era feito de materiais reaproveitáveis como pneus, cabo de vassouras, bolas, bambolês, cordas, as figuras geométricas e o próprio mobiliário do parquinho que ficavam no pátio da escola. O professor dividia a turma em duplas e trios, no qual conforme terminava a sua volta, passava para o seguinte de seu grupo. No começo, Pedro relutava em participar, pois fazia sozinho com seus colegas; e a forma encontrada pela estagiária para estimular sua participação, foi de participar do começo ao fim com ele. O estímulo foi de mostrar para ele que, a ajudada seria ela, no qual o mesmo a auxiliaria neste percurso; ele se empolgou tanto que, quando os dois estavam executando o circuito, todos da escola presentes no pátio vinham torcer por eles, da faxineira à diretora; gritavam e incentivavam os dois. Por fim, os colegas de classe já se ofereciam para participar do grupo de Pedro e a estagiária.

Neste processo de ensino-aprendizagem, o professor de Educação Física fez toda a diferença; mesmo nos dias em que por ventura a estagiária não comparecia à escola, Pedro se oferecia para participar das aulas e, sempre tinha quem o acompanhasse nas atividades propostas.

Segundo Klodzinski e Calliari (2014, p.1)

O que legitima uma escola é sua capacidade de fazer com que o aluno evolua a partir de um aprendizado, mudando assim o seu comportamento, favorecendo para as crianças, mesmo com deficiência, a possibilidade de aprender. Quando se fala de inclusão o que geralmente é lembrado, é a participação da pessoa com deficiência física na sociedade. Pouco se menciona sobre a participação das pessoas com deficiência intelectual.

O importante a ressaltar seria provavelmente que as participações em atividades sociais devem ser inicializadas no âmbito escolar. Segundo Klodzinski e Calliari (2014, p.1), “um dos problemas mais frequentes que inibe a inserção da pessoa com deficiência intelectual na escola e

nas atividades escolares, é a falta de preparo dos professores, principalmente nas aulas de Educação Física”.

Gorgattie e Costa (2008, p.99), menciona a respeito de adaptações de atividades que deveriam ser feitas por professores, “a exclusão por parte de alguns colegas de turma ou mesmo do professor, pode fazer com que o aluno com deficiência intelectual, não se sinta pertencente ao grupo”. E Stainback e Stainback (1999, p.70), especifica que “as definições da missão a ser desenvolvida por uma escola ou por um sistema escolar é o primeiro passo de um processo de planejamento estratégico para que todos sejam bem recebidos e apoiados como membros totalmente participantes das classes regulares, em suas escolas”.

O Ensino de Artes, outra aula complementar, se mostrou surpreendente; no início, Pedro deitava a cabeça e dormia, a justificativa dada, era devido à medicação que o mesmo tomava. A professora de Artes percebeu o entrosamento entre Pedro e a estagiária e, começou a incentivá-lo a trabalhar com a mesma. A importância do trabalho em conjunto entre a estagiária e a professora de Artes foi crucial para o desenvolvimento de Pedro; ele passou a ser mais ativo e disposto nas aulas, os dois faziam o mesmo trabalho preparado para a turma inteira. Pedro ficou tão empolgado, que mesmo tomando seus remédios, ele não dormia mais; era colagem, argila, pintura, moldes com papel, ele participava de tudo.

Nas aulas de Artes, era uma novidade a cada dia, e a animação dele chamava a atenção de todos. Segundo Vygotsky (1997, p. 214) “o meio social em que este indivíduo está inserido tem grande relevância na constituição da subjetividade desse sujeito, pois somente no processo de vida social coletiva, se elaboram e desenvolvem todas as formas superiores da atividade intelectual próprias do homem”.

É na escola que a criança tem oportunidades variadas de botar em prática sua criatividade e imaginação; propiciado através de meios e suportes variados, deixando a rotina de lado, tendo em seu professor, principal mediador (verificação adequada do material utilizado para a referida faixa etária e especificidades que seus alunos possam possuir).

A observação e a criatividade, tanto do professor quanto do mediador, devem ser levadas em conta, dentro deste processo educativo; o trabalho em conjunto desses profissionais fará toda a diferença; a Declaração de Salamanca (UNESCO,1994, p.4) preconiza,

que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciar a mesma educação a todas as crianças, atendendo às demandas delas. Nessa direção, a inclusão traz como eixo norteador a legitimação da diferença (diferentes práticas pedagógicas) em uma mesma sala de aula, para que o aluno com deficiência possa acessar o objeto de conhecimento.

Nas aulas de Português, Matemática, Ciências e História, eram sempre trabalhadas com o auxílio de um livro didático; a mediação se fazia necessária, pois o aluno, mesmo no 2º ano, não tinha se desenvolvido na leitura e, com números era a mesma coisa; a base para caminhar entre as séries, referindo-se a leitura, conhecimento de números e cálculos, era completamente nula. Em sala de aula, o trato de Pedro com a professora era muito distante, o tempo se tornava curto devido à quantidade de conteúdos a serem dados aos alunos. A turma de Pedro era composta por 22 crianças, em seus variáveis níveis de conhecimento, boa parte frequentava aulas de reforço escolar; com isso, a professora não conseguia dar a devida atenção a Pedro. Por isso a mediação em conjunto com a professora regente, foi um suporte necessário no processo de ensino aprendizagem.

Os conteúdos de Matemática foram mais fáceis de serem trabalhados, foram utilizados jogos, dados, dominós, material dourado, copos descartáveis, caixas de ovo, números em letras bastão e suas quantidades. Foram trabalhadas formas geométricas de vários tamanhos e coloridas, o aluno aprendeu a associar as cores, tamanhos e formas. O brincar o estimulou bastante; conseguiu aprender a contar até vinte, conhecendo seus números, associava números a suas respectivas quantidades; chegou a fazer continhas simples de soma de uma casa decimal; durante este período não conseguiu assimilar o conceito de subtração, esse ainda estava em elaboração.

Segundo Vygotsky (1998, p.137)

A essência do brinquedo é a criação de uma nova relação entre o campo do significado e o campo da percepção visual, ou seja, entre situações no pensamento e situações reais. Essas ações irão permear toda a atividade lúdica da criança. Será também importante indicador do desenvolvimento da mesma, influenciando sua forma de encarar o mundo e suas ações futuras.

Segundo Rizzo (2001, p.40), “[...] a atividade lúdica pode ser, portanto, um eficiente recurso aliado do educador, interessado no desenvolvimento da inteligência de seus alunos quando mobiliza sua ação intelectual”.

Considerações finais

O que pode ser observado e analisado, é que a mediação foi uma ferramenta crucial de apoio à criança com deficiência, como também do próprio professor em sala de aula. Junto ao professor regente, o mediador (estagiária), pôde planejar formas de como se trabalhar com a criança; dúvidas puderam ser sanadas. A da troca de experiências foi importante, pois o professor estando aberto às novas formas de metodologias, de saber receber experiências vividas por outras pessoas, ou mesmo outros docentes e, na mesma linha, saber assimilar os saberes que seus alunos trazem de suas culturas. Quanto ao professor de AEE, a estagiária não teve contato com este profissional; o único

contato especializado foi referente a uma única semana de treinamento no Instituto Helena Antipoff, bem como suas aulas com professores dessa área, em sua faculdade. Ressaltando que a Sala de Recursos que a instituição possuía, estava desativada há mais de cinco anos; este atendimento com o professor de AEE era feito em outro lugar longe da instituição, somente com o aluno e seu responsável direto (os seus pais).

De forma global, podemos afirmar que qualquer ser humano é capaz de adquirir e transmitir conhecimentos e, que o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem é de ajudar seu aluno na construção de seu próprio conhecimento, levando em conta a sua bagagem cultural, o seu conhecimento prévio; tornando-o assim significativo. O novo não deve ser encarado como uma barreira a ser conquistada e, sim, como uma possibilidade de renovação, atualização. Segundo Vygotsky (2011, p.103),

no que tange à relação aprendizado e desenvolvimento, enuncia que aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas.

Vygotsky (2001, p.168) reitera que “para garantir o êxito do ensino e da aprendizagem, o mestre deve assegurar não só todas as condições do desenvolvimento correto das reações, mas o que é mais importante, uma atitude correta”.

O Projeto de Educação é um ponto de partida para que a criança se desenvolva cognitivamente em uma turma, no qual suas dificuldades e especificidades precisam ser entendidas e trabalhadas, em prol do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Mascaró *et al* (2012, p.8144), “é importante que exista um projeto de educação que esteja em consonância com o respeito aos direitos e deveres de todos numa sociedade, independente de as pessoas possuírem determinadas especificidades que as tornam diferentes por variadas causas”. O que seria primordial para um planejamento efetivo para a real inclusão escolar destes educandos, seria a participação do mediador nas reuniões junto aos pais de alunos; bem como, nas reuniões pedagógicas, no qual poderiam ser discutidos e elencados esses avanços e retrocessos; proporcionando realmente uma troca de experiências entre os profissionais envolvidos.

Referências Bibliográficas

ABENHAIM, E. Deficiência mental, aprendizado e desenvolvimento. In: DÍAZ, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (Orgs.) *Educação Inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009.

BLANCO, L. M. V.; GLAT, R. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. GLAT, R. (Org.). *Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2015.

BRASIL. *Decreto nº 3298 de 20 de dezembro de 1999*.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2008.

_____. *Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009*. Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

EMI – O que mediar? In: *Encontros de Mediação e Inclusão*; disponível no blog em 17/09/17, às 23:00h. <https://eminclusao.wordpress.com/o-que-e-mediacao/>

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. *Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais*. Barueri/SP: Manole, 2008.

MASCARO, C. A. A. de C.; ROCHA, L. V. da; AMARAL, C.; CANEJO, E.; MARINHO, U. Redes de apoio para inclusão escolar: caminhos de um Núcleo de Estudos na Fundação de Apoio à Escola Técnica. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de Educação Especial e VII Encontro Nacional dos Pesquisadores da Educação Especial*. p.8134-8146. São Carlos: UFSCar, 2012.

KLODZINSKI, A.; CALLIARI, I.C. R. R. Inclusão das crianças com Deficiência Intelectual nas escolas e nas aulas de Educação Física Escolar no Município de Irineópolis, SC. In: *Revista Digital*. Ano 19, nº 191, Abril de 2014.

RIZZO, G. *Jogos inteligentes: a construção do raciocínio na escola*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2001.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: ed. Artmed, 1999.

WIMMER, R. D.; DOMINICK, J. R. *La investigación científica de los medios de comunicación. Una Introducción a sus métodos*. Barcelona: Editorial Bosch, 1996.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: 1994.

VYGOTSKY, L.S. *Obras escogidas V. Fundamentos de defectologia*. Tomo V. Madri: Visor, 1997.

_____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Psicologia pedagógica*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.